



PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTATUTO DA UEFS PARA DISCUSSÃO PELA COMUNIDADE

COMISSÃO GERAL DA ESTATUINTE

Feira de Santana, maio de 2010

APRESENTAÇÃO

Este *caderno* representa o esforço das subcomissões que constituem a Comissão Geral da Estatuinte em apresentar à comunidade uma proposta preliminar para discussão do novo Estatuto da UEFS.

A construção desta proposta teve como parâmetro a concepção de que a normatização da vida acadêmica não pode estar separada da natureza própria do “fazer universidade”, de sua função social, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, do seu caráter necessariamente plural e de sua ambiência privilegiada para o desenvolvimento da crítica e da criatividade. Preservando, ainda, seu caráter público e gratuito e sua autonomia, previstos constitucionalmente.

Cumprindo um dos principais pontos do programa de gestão da atual Administração Superior, as entidades representativas dos estudantes, dos servidores técnico-universitários e dos docentes, respectivamente, DCE, SINTEST e ADUFS, foram convocadas a instalar o processo Estatuinte. Expressão do processo de democratização da UEFS foi formada uma Comissão Provisória, através da representação dos três segmentos que compõem sua comunidade, a partir março de 2008. Desde aquele momento, a compreensão é de que à Reitoria cabe o papel de instituir a Estatuinte e prover as condições logísticas para o seu pleno funcionamento.

Esta Comissão Provisória elaborou uma proposta de Regimento para a Comissão Geral da Estatuinte, aprovado em sua primeira reunião, em 21 de outubro de 2008. Posteriormente, com algumas modificações, ele foi homologado pelo CONSU em sua reunião no dia 10 de fevereiro de 2009. Assim, as entidades dos três segmentos universitários atenderam à convocação e indicaram seus representantes para comporem a Comissão Geral

da Estatuinte, nomeada pela Portaria 099/2009, posteriormente atualizada pela Portaria 539/10.

Metodologicamente, e conforme o Regimento, foram formadas seis subcomissões a partir de eixos temáticos que, a partir do estudo de 14 Estatutos de outras IES Federais e Estaduais, se configuravam como essenciais à estruturação de um Estatuto. São eles: 1. Da Universidade, Princípios e Finalidades; 2. Da Estrutura acadêmico-administrativa; 3. Do Ensino, Pesquisa e Extensão; 4. Do Patrimônio, Recursos e Regime Financeiro; 5. Da Comunidade Universitária e Processo Eleitoral e 6. Das Disposições Gerais e Transitórias.

Paralelamente aos trabalhos das subcomissões, foram realizadas algumas atividades com o intuito de sensibilizar a comunidade universitária para a discussão. Primeiramente tivemos a oportunidade de discutir as experiências da UFCG e da USP (dezembro/08). Outros momentos importantes foram: a Aula Magna de 2008.2 (maio/09) e três debates, tratando dos temas *Gestão acadêmico-administrativa* (junho/09), *Autonomia e Financiamento* (agosto/09) e *Democracia na Universidade* (novembro/09). Também aconteceram várias panfletagens em sala de aula e nos setores da UEFS ao longo do ano passado e no início deste.

Indubitavelmente, muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas subcomissões. Não só pela complexidade dos temas, mas, também, pela falta de tempo para as reuniões, dado que a atividade na Comissão Geral da Estatuinte é mais uma entre as tantas que seus e suas componentes já possuem enquanto docentes, estudantes e técnico-universitários. Mesmo assim, nos arriscamos a apresentar esta versão preliminar que, muito menos que uma proposta completa e acabada, é apenas uma sugestão para que a comunidade inicie sua reflexão e faça suas contribuições.

Em termos de prazos, a perspectiva é que as sugestões, críticas e comentários da comunidade interna e externa sejam entregues e/ou enviadas à Comissão Geral da Estatuinte **até o dia 30 de julho**. A expectativa da Comissão Geral é que esta proposta seja discutida nas instâncias institucionais (Áreas, Colegiados e Departamentos) e pelas entidades representativas. Obviamente, as contribuições também poderão ser subscritas individualmente. A partir daí, após sistematização pela Mesa Diretora, a Comissão Geral vai discutir e deliberar sobre a proposta final a ser avaliada no Congresso Estatuinte, previsto para a primeira semana de dezembro. Nele, pelo Regimento em vigor, cada categoria terá direito a indicar 50 delegados(as). A versão aprovada no Congresso será, então, encaminhada para aprovação no CONSU.

No aguardo de que a comunidade atenda a esta convocação, percebendo o quanto este processo é fundamental para que o Estatuto e, posteriormente, o Regimento Geral da UEFS traduzam seus anseios de democracia, autonomia e excelência acadêmica que de há muito se impõem para a sua expansão e consolidação como a Universidade pela qual trabalhamos e lutamos, nos colocamos à inteira disposição.

Feira de Santana, 16 de junho de 2010.

A COMISSÃO GERAL DA ESTATUINTE NA UEFS

PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTATUTO ELABORADA PELAS SUBCOMISSÕES DA COMISSÃO GERAL DA ESTATUINTE NA UEFS

TÍTULO I (PROPOSTA 1)

Capítulo I – da Universidade

Artigo 1º - A Universidade Estadual de Feira de Santana, instituída pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, como sucessora da Fundação Universidade de Feira de Santana, criada pela Lei nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, é uma autarquia estadual, da administração descentralizada, de regime especial, na forma que dispõe a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com sede e foro na cidade de Feira de Santana, que se regerá pelo presente Estatuto, demais instrumentos normativos e pelas leis que disciplinam a educação nacional de nível superior, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 2º - São fins da Uefs:

I - promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa;

II - ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais;

III - estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.

Artigo 3º - A Uefs, como Universidade pública, sempre aberta a todas as correntes de pensamento, reger-se-á pelos princípios de liberdade de expressão, ensino e pesquisa.

(PROPOSTA 2)

Capítulo I - Da Universidade, Princípios e Finalidades

Seção I – da Universidade

Artigo 1º - A Universidade Estadual de Feira de Santana, instituída pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, como sucessora da Fundação Universidade de Feira de Santana, criada pela Lei nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, é uma autarquia estadual, da administração descentralizada, de regime especial, na forma que dispõe a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com sede e foro na cidade de Feira de Santana, que se regerá pelo presente Estatuto, demais instrumentos normativos e pelas leis que disciplinam a educação nacional de nível superior gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º A autonomia didático-científica consiste na faculdade de:

- I — estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão, de maneira integrada e indissociável;
- II — criar, modificar e extinguir cursos e habilitações, observadas as necessidades e as demandas da região em que atua;
- III — organizar, avaliar e reformular os currículos de seus cursos;
- IV — estabelecer seu regime escolar e didático;
- V — fixar critérios de seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos;
- VI — conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias;
- VII — produzir pesquisa, desenvolver tecnologias e realizar atividades de extensão, de acordo com a vocação regional e as potencialidades de cada unidade.

§ 2º A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- I — aprovar e alterar o Estatuto, o Regimento Geral e os demais ordenamentos normativos;
- II — organizar e encaminhar o resultado da eleição ao Governador do Estado para nomeação de Reitor e Vice-Reitor;

§ 3º A autonomia disciplinar consiste na faculdade de:

I — estabelecer critérios e normas que promovam o respeito e o relacionamento solidário entre os membros da comunidade universitária;

II — prescrever medidas que estimulem o cumprimento dos preceitos estabelecidos e adotar regime de sanções e de recursos cabíveis.

§ 4º A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na faculdade de:

I — administrar seu patrimônio e dele dispor;

II — aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira provenientes de acordo com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III — elaborar e executar o orçamento de sua receita e despesa;

IV — administrar os rendimentos próprios;

V — contrair empréstimos para atender as suas necessidades.

Artigo 2º - A Uefs rege-se:

I — pela legislação federal e estadual pertinente;

II — pelo presente Estatuto;

III — pelo Regimento Geral e regimentos específicos;

IV — pelas resoluções e decisões de seus órgãos de deliberação superior.

Artigo 3º - É garantida a liberdade de ensino, de pesquisa e de extensão.

Artigo 4º - É vedado à Universidade posicionar-se sobre questões político-partidárias e adotar medidas baseadas em preconceitos ou discriminações de qualquer natureza.

Seção II – dos Princípios e dos Fins

Subseção I - Dos Princípios

Artigo 5º - São princípios da Uefs:

I – autonomia administrativa, científica, didática, financeira e orçamentária;

II – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III – multidimensionalidade do conhecimento humano nos campos artístico, científico, cultural, ecológico, filosófico, político, social e tecnológico;

IV – estabelecimento de diálogos e metodologias que visem à construção de uma sociedade democrática, justa cultural, econômica e socialmente, pacífica, participativa, sustentável e solidária;

V – democracia enquanto garantia de atuação, manifestação e poder de decisão no interior da Instituição para todos os segmentos da comunidade acadêmica;

VI – liberdade de aprender, divulgar, ensinar e pesquisar a arte, a ciência, a cultura, o pensamento e o saber;

VII – pluralismo de idéias nas concepções artísticas, científicas, culturais, esportivas pedagógicas e tecnológicas;

VIII – gratuidade nas modalidades de ensino;

IX – respeito aos princípios éticos da eficiência, da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade e respeito pela vida, pela diversidade, pela coisa pública, pela pluralidade e laicidade da Instituição Pública;

X – garantia de qualidade no ensino, na extensão e na pesquisa;

XI – igualdade de condições de acesso e permanência nas modalidades de ensino;

XII – valorização do pessoal técnico-administrativo e docente;

XIII – avaliação processual e sistêmica de suas atividades;

XIV – planetariedade: co-responsabilidade entre os seres vivos, com o planeta terra e a cooperação das diversas culturas e organizações humanas.

Subseção II - Dos Fins

Artigo 6º - São fins da Uefs:

I – garantir a ambiência para produção e a difusão do conhecimento através do ensino, da extensão e da pesquisa e em suas diferentes modalidades e formas de promoção;

II – promover, através de suas atividades fins, a igualdade social e a solidariedade;

III – promover o estudo da sustentabilidade, garantindo ampla aplicação do conhecimento adquirido;

IV – promover ações que conjuguem a igualdade e equidade de gênero, etnia e credo, como pré-requisitos para a emancipação humana;

V – fortalecer a democracia em todos os níveis, principalmente no que se refere à participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões e nos resultados alcançados;

VI – garantir a articulação com outros níveis e modalidades de ensino;

VII – promover o debate concernente às políticas públicas desenvolvidas nas mais diversas esferas da sociedade;

VIII – trabalhar em regime de cooperação com organismos e instituições que promovam a equidade social e a qualidade de vida;

IX – valorizar através do ensino, extensão e pesquisa a integração entre o saber e o mundo do trabalho;

X – promover políticas de desenvolvimento de pessoal;

XI – ministrar o ensino superior visando à formação de profissionais capacitados ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento;

XII – promover e fortalecer a ciência, a tecnologia, a cultura, a arte e o esporte na Instituição através das práticas do ensino, pesquisa e extensão nos mais diversos campos do saber;

XIII – contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando estudos sistêmicos de seus problemas e de suas potencialidades, orientando a formação de profissionais de acordo com as especificidades;

XIV – promover, nos termos da lei, o ensino público em todos os seus preceitos e prerrogativas;

XV – promover a extensão, aberta à participação, numa relação dialógica com a sociedade, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação artística e cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

XVI – promover a avaliação processual, permanente e sistêmica de suas atividades, considerando a participação da sociedade e da comunidade interna, visando a qualidade e a relevância social, acadêmica, científica e cultural;

XVII – promover a integração e cooperação entre os povos através de suas atividades fins;

XVIII – oferecer serviços de radiodifusão sonora e imagens, sem finalidade comercial, com fins exclusivamente artísticos, científicos, culturais, educativos e tecnológicos.

TÍTULO II

Da Estrutura e Organização Da Universidade

Capítulo I – DOS ÓRGÃOS EM GERAL

Artigo 1º - A estrutura organizacional da UEFS compreende:

- I – Órgãos Deliberativos Superiores;
- II – Órgãos Deliberativos Adstritos;
- III - Órgãos Executivos;
- IV – Órgãos Acadêmicos.

Artigo 2º - São Órgãos Deliberativos Superiores:

- I – Assembléia Universitária;
- II - Conselho Universitário – CONSU;
- III – Conselho de Administração e Planejamento – CONSAP;
- IV – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Artigo 3º - São Órgãos Deliberativos Adstritos:

- I – Conselhos de Centros;
- II – Colegiados de Cursos.

Artigo 4º - São Órgãos Executivos:

- I – Reitoria;
- II – Órgãos Suplementares.

Artigo 5º - São Órgãos Acadêmicos

- I – Centros;
- II – Departamentos;
- III - Órgãos Complementares;

Capítulo II - DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES

Seção I - Da Assembléia Universitária

Artigo 6º - A Assembléia Universitária é composta pela comunidade universitária, representada pelos docentes, discentes e técnicos administrativos.

Artigo 7º - A Assembléia Universitária reunir-se-á, ordinariamente, no início de cada ano civil e, extraordinariamente, quando convocada pelo Reitor ou pelo CONSU.

§ único - A comunidade universitária, através da representação de um dos seus segmentos, poderá requerer ao CONSU Conselho Universitário Superior, que se convoque a Assembléia Universitária, extraordinariamente, para tratar de assunto específico de alta relevância, não atendido nas demais instâncias universitárias, cabendo ao CONSU decidir pela convocação;

Artigo 8º - Compete à Assembléia Universitária:

I – Aprovar as mudanças neste estatuto;

II - Tomar conhecimento do plano anual de trabalhos da Universidade e do relatório das atividades do ano anterior; e

III - tratar de assuntos de alta relevância, não atendidos nas demais instâncias universitárias.

Seção II – Do Conselho Universitário

Artigo 9º - O Conselho Universitário – CONSU, é o órgão máximo de deliberação da Instituição, com funções normativas, consultivas e deliberativas, cabendo-lhe estabelecer as políticas gerais da Instituição para a consecução de seus objetivos.

Artigo 10 - O Conselho Universitário tem a seguinte constituição:

I – Reitor;

II – Vice-reitor;

III – Os pró-reitores;

IV – Os diretores dos Centros;

V – 1 (um) representante docente de cada Centro;

VI – 5 (cinco) representantes dos servidores técnico-administrativos;

VII – 1 (um) representante discente de cada Centro;

VIII - 2 (dois) representantes da comunidade local;

IX - 1 (um) representante da comunidade regional.

§ 1º O Presidente do CONSU é o Reitor;

§ 2º Os representantes docentes e dos servidores técnico-administrativo não poderão ser membros de outro órgão deliberativo, nem exercer chefia de órgão executivo ou acadêmico e os representantes discentes não poderão ser membros de outro órgão deliberativo;

§ 3º Os representantes docentes e dos servidores técnico-administrativos, deverão fazer parte do quadro efetivo da UEFS a, no mínimo, 3 (três) anos;

§ 4º Os mandatos dos membros de que tratam os incisos I a IV serão concomitantes com o exercício dos seus respectivos cargos, dos representantes docentes e dos servidores técnico-administrativos será de 2 (dois) anos, e o dos representantes discentes será de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição por 1 (um) mandato consecutivo;

§ 5º Os representantes de que tratam os incisos de V a VIII serão escolhido pelos respectivos segmentos, em eleição direta e votação secreta, conforme dispuser o Regimento Geral e Regimento dos Conselhos;

§ 6º Os representantes das comunidades locais e regionais terão regulamentada a forma de escolha por meio do Regimento Geral e Específico.

§ 7º Cada representante terá um suplente, eleito da mesma forma que o titular.

§ 8º No caso de vacância da representação do Centro, observada a restrição contida no § 1º deste artigo, a mesma será exercida

pelo professor mais antigo no Centro até que se proceda a eleição de novos representantes titular e suplente.

§ 9º Os Conselheiros serão empossados pelo seu Presidente perante o CONSU.

Artigo 11 - A organização e o funcionamento do CONSU serão estabelecidos no Regimento Geral e normatizados em Regimento dos Conselhos.

Artigo 12 - São atribuições do CONSU:

I - exercer a supervisão geral da Universidade e traçar a política universitária;

II - apreciar e aprovar o Regimento Geral da Universidade, assim como suas alterações;

III - convocar extraordinariamente a Assembléia Universitária;

IV - propor alterações no Estatuto da Universidade, remetendo à Assembléia Universitária para aprovação;

V - aprovar os regimentos específicos para as atividades acadêmicas ou administrativas;

VI - definir a filosofia e as diretrizes da Universidade, orientando sua política geral;

VII - estabelecer planos para o desenvolvimento institucional visando à exequibilidade das diretrizes e políticas globais;

VIII - pronunciar-se sobre a proposta orçamentária e o orçamento interno da Universidade, após aprovados pelo Conselho de Administração e de Planejamento;

IX - apreciar os relatórios anuais de atividades acadêmica e administrativa, assim como aprovar a prestação de contas financeira da Instituição;

X - deliberar sobre critérios de financiamento para as unidades e ações da Universidade e sobre propostas financeiras e administrativas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;

XI - propor, com 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, a criação ou extinção de Unidades Acadêmicas ou Administrativas;

XII - deliberar sobre casos omissos em matéria de sua competência

XIII - julgar os recursos e metas a ele encaminhados e decidir em única instância sobre recursos interpostos pelo Reitor contra atos de quaisquer unidades da Universidade;

XIV - decidir em única instância sobre recursos contra atos do Reitor;

XV - criar e conferir títulos, prêmios e outras dignidades acadêmicas;

XVI - homologar o edital para eleição dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, bem como o resultado obtido no processo;

XVII - homologar as indicações de Pró-Reitores feitas pelo Reitor;

XVIII - deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto, desde que, por sua natureza, não sejam da competência de outros órgãos;

XIX - aprovar, acompanhar e deliberar sobre o processo de avaliação da Universidade, observada a legislação vigente.

Seção III – Do Conselho de Administração e Planejamento

Artigo 13 - O Conselho de Administração e Planejamento – CONSAP é o órgão deliberativo máximo da instituição sobre administração e planejamento.

Artigo 14 - O Conselho de Administração e Planejamento tem a seguinte constituição:

I - Reitor;

II - Vice-reitor;

III - O pró-reitor de administração;

IV - O pró-reitor de assuntos estudantis e comunitários;

V - Os diretores dos centros;

VI - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativo por Centro;

VII - 2 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos ligados a Órgão Executivo;

VIII - 2 (dois) representantes discentes;

§ 1º O Presidente do CONSAP é o Reitor;

§ 2º Os representantes dos servidores técnico-administrativos não poderão ser membros de outro órgão deliberativo, nem exercer chefia de órgão executivo ou acadêmico e os representantes discentes não poderão ser membros de outro órgão deliberativo.

§ 3º Os representantes dos servidores técnico-administrativos, deverão fazer parte do quadro efetivo da UEFS a, no mínimo, 3 (três) anos;

§ 4º Os mandatos dos membros de que tratam os incisos I a V serão concomitantes com o exercício dos seus respectivos cargos, dos representantes dos servidores técnico-administrativos será de 2 (dois) anos, e o dos representantes discentes será de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição por 1 (um) mandato consecutivo;

§ 5º Os representantes de que tratam os incisos de VI a VIII serão escolhido pelos respectivos segmentos, em eleição direta e votação secreta, conforme dispuser o Regimento Geral e Regimento dos Conselhos;

§ 6º Cada representante terá um suplente, eleito da mesma forma que o titular.

§ 7º No caso de vacância da representação do Centro, observada a restrição contida no § 1º deste artigo, a mesma será exercida pelo professor mais antigo no Centro até que se proceda, a eleição de novos representantes titular e suplente.

§ 8º Os Conselheiros serão empossados pelo seu Presidente perante o CONSAP.

Artigo 15 - Integra o CONSAP as seguintes Câmaras Setoriais Permanentes:

I – Câmara Setorial de Administração e Planejamento;

II - Câmara Setorial de Recursos Humanos;

III – Câmara Setorial de Orçamento e Finanças.

§ **único** – O CONSAP poderá criar Comissões de Trabalhos Temporários, para tratar de assuntos eventuais e estranhos às competências das Câmaras Setoriais Permanentes.

Artigo 16 - A organização e o funcionamento do CONSAP, bem como de suas Câmaras Setoriais Permanentes e Comissões de Trabalhos Temporários serão estabelecidos no Regimento Geral e normatizados em Regimento dos Conselhos.

Artigo 17 - São atribuições do CONSAP:

I - exercer a orientação administrativa e de planejamento de toda a Universidade;

II - propor políticas gerais no âmbito da sua atuação, em especial, de administração e recursos humanos;

III - deliberar sobre o quadro de pessoal docente, técnico e administrativo da Universidade, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis

IV - opinar sobre a criação, agregação e ampliação de centros ou departamentos, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

V - deliberar sobre a criação, alteração ou extinção de órgãos suplementares;

VI – aprovar as normas para seleção e concursos para ingresso de servidores;

VII - deliberar sobre a relocação de cargos ou funções propostas pelo Reitor, e sob proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando se tratar de cargo ou função docente ou de pesquisa;

VIII - deliberar sobre as normas de concessão de bolsas de estudo e sobre afastamento remunerado de docentes e servidores técnico-administrativos;

IX - deliberar sobre a alienação de bens móveis da Universidade;

X - deliberar sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, a cessão e o arrendamento de tais bens pertencentes à Universidade;

XI - fixar os valores de taxas, anuidades, contribuições e emolumentos;

XII - propor o plano de cargos e salários dos servidores da Universidade, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos financeiros;

XIII - deliberar sobre a admissão de docentes, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei;

XIV - exercer a fiscalização financeiro-contábil da universidade;

XV - deliberar sobre as diretrizes e prioridades para o orçamento, em especial, sobre os investimentos da universidade;

XVI - deliberar sobre o plano diretor da universidade;

XVII - fixar normas complementares para as atividades no âmbito de sua competência;

Seção IV - Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Artigo 18 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE é o órgão deliberativo máximo da instituição sobre ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Artigo 19 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição:

I - Reitor;

II - Vice-reitor;

III - O Pró-reitor de graduação;

IV - O Pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;

V - O Pró-reitor de extensão;

VI - Coordenadores de Colegiados de Curso;

VII - 1 (um) docente, representante de cada departamento;

VIII - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos por departamento;

IX - 1 (um) representante discente por departamento.

§ 1º O Presidente do CONSEPE é o Reitor;

§ 2º Os representantes docentes e dos servidores técnico-administrativo não poderão ser membros de outro órgão de deliberativo, nem exercer chefia de órgão executivo ou acadêmico e os representantes discentes não poderão ser membros de outro órgão deliberativo.

§ 3º Os representantes docentes e dos servidores técnico-administrativos, deverão fazer parte do quadro efetivo da UEFS a, no mínimo, 3 (três) anos;

§ 4º Os mandatos dos membros de que tratam os incisos I a VI serão concomitantes com o exercício dos seus respectivos cargos, dos representantes docentes e dos servidores técnico-administrativos será de 2 (dois) anos, e o dos representantes discentes será de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição por 1 (um) mandato consecutivo;

§ 5º Os representantes de tratam os incisos de VII a IX serão escolhido pelos respectivos segmentos, em eleição direta e votação secreta, conforme dispuser o Regimento Geral e Regimento dos Conselhos;

§ 6º Cada representante terá um suplente, eleito da mesma forma que o titular.

§ 7º Os Conselheiros serão empossados pelo seu Presidente perante o CONSEPE.

Artigo 20 - Integra o CONSEPE as seguintes Câmaras Setoriais Permanentes:

I - Câmara de Graduação;

II - Câmara de Pós-Graduação;

III - Câmara de Pesquisa;

IV - Câmara de Extensão.

§ **único** – O CONSEPE poderá criar Comissões de Trabalhos Temporários, para tratar de assuntos eventuais e estranhos a competência das Câmaras Setoriais Permanentes.

Artigo 21 - A organização e o funcionamento do CONSEPE, bem como de suas Câmaras Setoriais Permanentes e Comissões de Trabalhos Temporários serão estabelecidos no Regimento Geral e normatizados em Regimento dos Conselhos.

Artigo 22 - São atribuições do CONSEPE:

I - Exercer a orientação político-pedagógica do ensino, da pesquisa e da extensão;

II - propor políticas gerais e fixar normas complementares para as atividades no âmbito da área acadêmica;

III - deliberar sobre a criação, alteração, extinção e regulamentação dos cursos de graduação e pós-graduação, para posterior homologação do CONSU;

IV - aprovar os projetos político-pedagógicos, assim como os currículos, dos cursos de graduação e pós-graduação;

V - aprovar normas para o Acesso ao Ensino Superior;

VI - baixar normas sobre a forma de ingresso de candidatos aos cursos e programas de pós-graduação;

VII - fixar anualmente o calendário escolar;

VIII - fornecer subsídios ao Conselho de Administração de planejamento para a fixação do quadro docente da Universidade;

IX - aprovar editais e normas regulamentares para elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa e extensão;

X - homologar projetos de pesquisa e extensão, aprovados em editais e demandas espontâneas;

XI - deliberar sobre políticas de qualificação dos docentes;

XII - aprovar a regulamentação das atividades de bolsistas e monitores;

XIII - homologar os calendários acadêmicos Universitários, aprovados pelas instâncias competentes;

XIV - aprovar, acompanhar e deliberar sobre o processo de avaliação do ensino e dos cursos, observada a legislação vigente;

XV - revalidar diplomas de cursos de graduação do mesmo nível e área ou equivalente, respeitados os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, expedidos por universidades estrangeiras;

XVI - reconhecer diplomas de mestrado e doutorado, expedido por universidades estrangeiras, da mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior dos existentes na Universidade, desde que avaliados e reconhecidos;

XVII - reconhecer o notório saber em área afim aos cursos de doutorado existentes na Universidade;

XVIII - fixar o número de vagas para as diversas modalidades de ingresso nos cursos de graduação, cursos sequenciais e

programas de pós-graduação, de acordo com a capacidade da instituição e as exigências do meio

XIX - deliberar, originalmente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria na sua esfera de competência

Artigo 23 - Das decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão só caberá recurso por motivo de ilegalidade, infringência de disposição estatutária ou regimental.

Capítulo III - DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS ADSTRITOS

Seção I – Dos Conselhos de Centros

Artigo 24 - Os Conselhos de Centros – são órgãos de deliberação no âmbito de cada Centro, cabendo-lhe estabelecer as políticas específicas e decidir sobre assuntos nos limites de sua competência.

Artigo 25 - Cada Conselho de Centro terá a seguinte composição:

I – Diretor do Centro;

II – Vice-diretor do Centro;

III – Chefes de Departamentos;

IV – Presidentes dos Colegiados de Cursos;

V – 2 (dois) representantes discentes, por curso vinculado ao Centro, eleitos pelo seu respectivo segmento;

VI – 2 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, por Departamento que integra o Centro, eleitos pela sua unidade departamental.

§ 1º O Diretor do Centro é o presidente do Conselho de Centro.

§ 2º Os mandatos dos membros de que tratam os incisos I a IV serão concomitantes com o exercício dos seus respectivos cargos, e dos demais, de 1 (um) ano, admitindo-se uma única reeleição.

§ 3º Os Conselheiros serão empossados pelo seu Presidente perante o Conselho.

Artigo 26 - A organização, o funcionamento e competências dos Conselhos de Centros, são estabelecidos no Regimento Geral e normatizados no Regimento dos Órgãos Acadêmicos;

Seção II – Dos Colegiados de Cursos

Artigo 27 - Os Colegiados de Cursos – são órgãos de deliberação no âmbito de cada curso, cabendo-lhe estabelecer as políticas específicas e decidir sobre assuntos nos limites de sua competência.

Artigo 28 - Cada Colegiado de Curso terá a seguinte composição

I – 3 (três) docentes por Área do Conhecimento envolvida;

II – 1 (um) representante discente do curso, eleito no seu segmento específico.

§ 1º O Presidente do Colegiado é um dos docentes integrantes eleito por seus pares, para mandato de dois anos, não se admitindo reeleição.

§ 2º Os mandatos dos membros de que tratam o inciso I será de 2 (dois) e do inciso II, de 1 (um) ano, admitindo-se uma única reeleição.

§ 3º Os Conselheiros serão empossados pelo seu Presidente perante o Conselho.

Artigo 29 - A organização, o funcionamento e competências dos Colegiados de Cursos, são estabelecidos no Regimento Geral e normatizados no Regimento dos Órgãos Acadêmicos.

Capítulo IV – DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Seção I – Da Reitoria

Artigo 30 - A Reitoria é o órgão que executa, superintende, coordena e fiscaliza a execução das políticas gerais da Universidade e abrangem:

I – O ensino, a pesquisa e a extensão

II – As relações institucionais;

III – A administração geral;

IV – O desenvolvimento comunitário e a assistência estudantil.

§ único - As atribuições especificadas nos incisos deste artigo serão exercidas por Pró-Reitorias e órgãos específicos, conforme dispuser o Regimento Geral e o Regimento dos Órgãos Executivos

Artigo 31 - A Reitoria será exercida pelo Reitor, que contará com o apoio direto do Vice-Reitor, e tem a seguinte composição:

I – Vice-Reitoria;

II - Gabinete;

III – Pró-reitorias;

IV – Assessorias Superiores;

V – Unidades de Apoio;

Artigo 32 - A organização, o funcionamento e competências dos órgãos da Reitoria serão estabelecidos no Regimento Geral e normatizados no Regimento dos Órgãos Executivos.

Subseção I – Do Reitor

Artigo 33 - O Reitor é a autoridade executiva superior da Universidade.

Artigo 34 - O Reitor, juntamente com o vice-reitor, é eleito pela comunidade acadêmica e nomeado pelo Governador do Estado;

Artigo 35 - O mandato do Reitor, e do seu vice, é de 04 (quatro) anos, admitindo-se uma única reeleição.

Artigo 36 - São atribuições do Reitor:

I – representar a universidade administrativa, judicial e extrajudicialmente;

II – zelar pelos princípios e finalidades e pelo fiel cumprimento das normas e execução das políticas da Universidade;

III – convocar e presidir a Assembléia Universitária, em reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – convocar e presidir o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Administração e Planejamento;

V – cumprir e fazer cumprir as decisões dos Conselhos Superiores;

VI – conferir grau aos diplomados pela Universidade;

VII – assinar, juntamente com as Pró-Reitorias competentes, os diplomas dos graus conferidos;

VIII – apreciar, deliberar sobre os planos de trabalhos e relatórios anuais da universidade, assim como sua prestação de contas e sancioná-los após aprovação nos respectivos Conselhos;

IX – estabelecer em casos de urgência, *Ad Referendum* dos Conselhos Superiores, os atos necessários à realização de atividades acadêmicas, submetendo-os à aprovação do conselho competente na reunião imediatamente posterior ao ato;

X – enviar ao Conselho Universitário o relatório anual da Instituição para apreciação e aprovação;

XI – estabelecer e manter intercâmbio com instituições nacionais ou internacionais, objetivando a realização de ações integradas;

XII – indicar os Pró-Reitores e empossá-los nos cargos para os quais foram indicados;

XIII – dar posse aos Diretores de Centro e aos Chefes de Departamentos para quais foram eleitos;

XIV – dar posse aos servidores da instituição aprovados em concurso público;

XV – exercer quaisquer outras atribuições conferidas por Lei, Estatuto, bem como pelo Regimento Geral;

§ único - É facultado ao Reitor delegar ao Vice-reitor as atribuições constantes do presente artigo, excetuando-se as atribuições previstas pelos incisos III, IX, XII, XIII, que são de competência privativa do Reitor.

Artigo 37 - Compete ao Vice-Reitor:

- I – responder imediatamente pela Reitoria, no caso de afastamento do Reitor;
- II – substituir o Reitor em suas ausências;
- III – exercer as atribuições delegadas pelo Reitor.

Seção II – Das Pró-Reitorias

Artigo 38 - As Pró-Reitorias têm por função supervisionar, orientar, coordenar, fiscalizar, executar e propor políticas e ações da universidade, no âmbito de sua competência.

Artigo 39 - As Pró-Reitorias atenderão especificamente as seguintes áreas:

- I – A administração e recursos humanos;
- II – O ensino de graduação;
- III – A pós-graduação e a pesquisa;
- IV – A extensão;
- V – Os assuntos estudantis e comunitários.

§ 1º Para cada área mencionada nos incisos acima haverá uma Pró-reitoria conforme indicar o Regimento Geral;

§ 2º No caso de afastamento do Reitor e Vice-Reitor, responderá imediatamente pela Reitoria o Pró-Reitor responsável pelo ensino de graduação.

§ 3º A organização, competência e atribuições das pró-reitorias serão orientadas pelo Regimento Geral e estabelecidas no Regimento dos Órgãos Executivos.

Seção III – Das Assessorias Superiores

Artigo 40 - As Assessorias Superiores tem por função prestar assistência à Reitoria na área de sua atuação específica.

§ único - As Assessorias Superiores serão indicadas e suas competências definidas no Regimento Geral.

Subseção IV – Das Unidades de Apoio

Artigo 41 - As Unidades de Apoio são responsáveis por supervisionar, orientar, coordenar e executar atividades meios desvinculadas das ações das Pró-reitorias.

§ único - As Unidades de Apoios serão indicadas e suas competências definidas no Regimento Geral e organizadas conforme dispuser o Regimento dos Órgãos Executivos.

Seção III – Dos Órgãos Suplementares

Artigo 42 - Poderão ser criados Órgãos Suplementares, vinculadas a Reitoria, com finalidade social, científica, cultural, técnica e esportiva, conforme dispuser o Regimento Geral e o Regimento dos Órgãos Executivos, com aprovação do CONSAP.

Capítulo V – DOS ÓRGÃOS ACADÊMICOS

Seção I – Dos Centros

Artigo 43 - Centro é o órgão que têm como função integrar as Áreas de Conhecimentos Afins, representadas pelos Departamentos, assim como estas com a Administração Superior na execução de atividades do sistema de ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 44 - Os Centros são órgãos executivos cuja direção será exercida por um Diretor.

Artigo 45 - O Diretor de Centro será um docente eleito, nomeado pelo Reitor, nos termos das normas vigentes.

Artigo 46 - Os Centros organizar-se-ão em Departamentos, com o objetivo de estabelecer o regime de cooperação entre docentes da mesma Área de Conhecimento, tendo em vista a maior integração do ensino e da pesquisa.

§ único - A definição, competência e atribuições dos Centros serão estabelecidas no Regimento Geral e no Regimento dos Órgãos Acadêmicos.

Seção II – Dos Departamentos

Artigo 47 - Os Departamentos representam as Áreas do Conhecimento Afins, sendo a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal.

Artigo 48 - Os Departamentos gozam de autonomia administrativa, acadêmica e científica e congregam docentes com objetivos comuns de pesquisa, extensão e campos específicos de conhecimento, competindo-lhes oferecer apoio técnico-científico aos Cursos.

Artigo 49 - O Chefe de Departamento será um docente eleito, nomeado pelo Reitor, nos termos das normas vigentes.

§ único - A definição, competência e atribuições dos Departamentos, assim como seu conselho, serão estabelecidas no Regimento Geral e no Regimento dos Órgãos Acadêmicos.

Seção III – Dos Órgãos Complementares

Artigo 50 - Serão criados Órgãos Complementares, vinculadas aos Centros, com finalidade de apoio acadêmico, conforme dispuser o Regimento Geral e o Regimento dos Órgãos Acadêmicos, com aprovação do CONSEPE

Capítulo VI – DOS ÓRGÃOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Seção I – Dos Centros

Artigo 51 - Os Centros são as unidades destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, gozando de autonomia administrativa, acadêmica e científica nos termos do presente Estatuto e do Regimento Geral.

Artigo 52 - A Universidade manterá os seguintes Centros, com suas respectivas unidades departamentais:

I – Centro de Ciências da Vida

Departamento de Biomedicina;
Departamento de Biotecnologia;
Departamento de Botânica;
Departamento de Educação Física;
Departamento de Enfermagem;
Departamento de Farmácia;
Departamento de Odontologia;
Departamento de Psicologia.

II – Centro de Ciências Exatas e da Terra

Departamento de Agrárias;
Departamento de Física;
Departamento de Geociências;
Departamento de Matemática / Estatística;
Departamento de Química.

III – Centro de Ciências Humanas e Filosóficas

Departamento de Antropologia;
Departamento de Ciências Sociais;
Departamento de Comunicação;
Departamento de Filosofia;
Departamento de Geografia;
Departamento de História.

IV – Centro de Ciências Tecnológicas:

Departamento de Engenharia da Computação;
Departamento de Engenharia de Alimentos;
Departamento de Engenharia Civil.

V – Centro de Letras e Artes:

Departamento de Arte

Departamento de Educação;
Departamento de Letras;
Departamento de Musica.

VI – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento de Administração;
Departamento de Contabilidade;
Departamento de Direito;
Departamento de Economia.

Seção II – Dos órgãos Suplementares

Artigo 53 - Os Órgãos Suplementares destinam-se a auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, executando programas aprovados pela Reitoria, Pró-Reitorias, Centros ou pelos Departamentos, conforme sua vinculação definida no Regimento Geral.

Artigo 54 - A Universidade terá os seguintes órgãos suplementares

- I – Biblioteca Central;
- II – Bibliotecas Setoriais
- III – Centro de Cultura e Artes;
- IV – Chácara Xavante;
- V – Colégio de Aplicação;
- VI – Horto Florestal;
- VII – Museus;
- VIII - Observatório Antares.

§ único - Além dos mencionados neste artigo, outros órgãos suplementares poderão ser criados ou incorporados, atendidas as prescrições legais e estatutárias.

Artigo 55 - Cada órgão suplementar terá o seu próprio Regimento, elaborado, conforme sua vinculação, pela Reitoria ou pelo Conselho do Centro e aprovado pelo respectivo Conselho Universitário.

Capítulo VII – DO REGIME DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Seção I – Das atividades de Ensino

Artigo 56 - Os cursos ministrados na Universidade distribuem-se em:

I – Cursos de Graduação;

II – Cursos de Pós-Graduação:

1 – Lato Sensu;

2 – Stricto Sensu;

III – Cursos de Extensão.

§ único - Além desses cursos, promoverá a Universidade os de aperfeiçoamento, atualização e outros exigidos pelo desenvolvimento da cultura e necessidades da região.

Artigo 57 - Os cursos de graduação e pós-graduação poderão ser ministrados de forma presencial ou à distância.

Artigo 58 - Os curso de Pós-Graduação stricto sensu abertos à matrícula de diplomados em curso de graduação, mediante a seleção de mérito, terão por finalidade desenvolver e aprofundar os estudos realizados na graduação, conduzindo aos graus de Mestre e Doutor.

§ 1º O mestrado objetivará enriquecer a competência científica e profissional dos graduados, podendo ser encarado como fase preliminar do doutorado ou como nível terminal.

§ 2º O doutorado proporcionará formação científica e cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e o poder criador nos diferentes ramos de saber.

Artigo 59 - Os cursos de especialização e aperfeiçoamento destinar-se-ão aos diplomados em cursos de graduação, objetivando, os primeiros, preparar especialistas em setores restritos de estudos, e, os últimos, melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho.

Artigo 60 - Os cursos de atualização objetivarão a adequação de novas técnicas e conhecimentos às condições da realidade.

Artigo 61 - Os cursos de extensão visarão à difusão de conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade.

Seção II – Das Atividades de Pesquisa

Artigo 62 - A pesquisa será programada pelos Centros e Órgãos Suplementares, de acordo com as normas oriundas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão que indicará as áreas prioritárias e promoverá a integração das várias unidades do programa geral de pesquisas da Universidade.

Artigo 63 - O orçamento interno da UEFS poderá consignar dotação para os projetos de pesquisa, bem como para o fundo especial que lhe assegure continuidade e expansão.

Seção III – Das Atividades de Extensão

Artigo 64 - A UEFS contribuirá através da extensão, para o desenvolvimento material e humano da comunidade.

Artigo 65 - A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos ou serviços que serão realizados no cumprimento de programas específicos.

Artigo 66 - Ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão cabe aprovar o plano anual de Extensão, de acordo os interesses e prioridades da região.

Capítulo VIII – DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Seção I - Da Constituição

Artigo 67 - A Comunidade Universitária é constituída pela Comunidade Interna e Externa, nos termos e limites deste Estatuto.

§ único - A Comunidade interna é formada pelos segmentos docente, discente e técnico-administrativo, os quais terão direito a representação em todos os órgãos colegiados da Universidade.

Seção II - Da Comunidade Interna

Subseção I – Do Corpo Docente

Artigo 68 - O corpo docente da UEFS é constituído por quantos exercerem, em nível superior, atividades inerentes ao sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão

Artigo 69 - O corpo docente compreende:

I - os professores integrantes da Carreira do Magistério Superior;

II - os professores visitantes e substitutos.

§ único - Os professores a que se refere o inciso II poderão ser contratados por prazo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Artigo 70 - A carreira do Magistério Superior será regida por seu Estatuto na forma da lei.

Artigo 71 - O ingresso na Carreira do Magistério Superior e o desenvolvimento funcional do docente dar-se-ão nos termos da legislação específica e normatizações internas da universidade.

Subseção II – Do Corpo Discente

Artigo 72 - O corpo discente da UEFS é constituído dos estudantes regulares e os de matrícula especial, inscritos nos respectivos cursos.

§ 1º Os estudantes regulares são aqueles matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação *latu* ou *stricto sensu*, com direito aos respectivos diplomas, após cumprimento integral das exigências curriculares.

§ 2º Os estudantes de matrícula especial terão direito a certificado após a conclusão dos estudos, compreendendo aqueles que ingressarem em:

I - disciplinas isoladas de cursos de graduação ou pós-graduação;

II - cursos de aperfeiçoamento e de outra natureza;

Artigo 73 - O corpo discente terá representação, com direito a voz e a voto, nos órgãos colegiados da Universidade, na proporção de vinte e cinco por cento da composição completa do órgão, e seus mecanismos de eleição serão definidos nos estatutos próprios da organização estudantil.

Artigo 74 - O Diretório Central dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos são órgãos de representação estudantil, com organização e competências definidas no Regimento Geral da UEFS.

§ único - O disposto neste artigo não impedirá a criação de outras entidades estudantis.

Artigo 75 - As atividades, direitos e deveres do corpo discente serão definidos no Regimento Geral da Universidade e terá como princípio a autonomia da organização política dos estudantes.

Artigo 76 - Ao corpo discente será garantida política de permanência e de utilização dos equipamentos e recursos da Universidade, visando a completa formação cultural, acadêmica e humanitária dos indivíduos.

Subseção III - Do Corpo Técnico

Artigo 77 - O corpo técnico-administrativo da UEFS é constituído dos servidores que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais.

Artigo 78 - O corpo técnico é compreendido por:

I – Auxiliares Administrativos;

II – Técnico Universitário;

III – Analista Universitário;

IV – Técnicos e analistas contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo.

Artigo 79 - A carreira do Corpo Técnico será regida por seu Estatuto na forma da lei.

Artigo 80 - O ingresso na Carreira do Corpo Técnico e o desenvolvimento funcional do docente dar-se-ão nos termos da legislação específica e normatizações internas da universidade.

Seção III - Da Assembléia Geral Universitária

Artigo 81 - A Assembléia Geral Universitária (AGU), órgão máximo de deliberação da universidade, será composta por toda a comunidade interna, e seu funcionamento será definido no Regimento Geral da Universidade.

Artigo 82 - A Assembléia Geral Universitária será convocada pelo Reitor ou por deliberação de um quarto de cada uma das diretorias das entidades das três categorias integrantes da Universidade, com antecedência mínima de setenta e duas horas da ocorrência da Assembléia.

Artigo 83 - A Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia, em número de um representante por categoria, será formada pelos Coordenadores-Gerais e/ou Presidentes das respectivas entidades.

Artigo 84 - À Assembléia Universitária compete:

I - avaliar cumprimento dos objetivos institucionais da Universidade, levando em conta as necessidades econômicas, políticas e culturais da sociedade;

II - aprovar moções, recomendações e proposições a serem encaminhadas aos Órgãos Deliberativos da Universidade;

III - apreciar assuntos de relevância e pertinência acadêmica, quando convocada especialmente para esse fim

Artigo 85 - O quórum mínimo de instalação de AGU será de cinco por cento da comunidade interna.

Seção IV - Da Comunidade Externa

Artigo 86 - A Comunidade Externa da UEFS será formada por tantas organizações coletivas que existirem no âmbito da região e abrangência de atuação da UEFS e que demonstrem interesse em relacionar-se institucionalmente com a mesma.

Artigo 87 - O Fórum do Semi-Árido será o órgão de congregação e protagonismo da comunidade externa, ambiente autônomo e democrático por excelência e de dialogo com a Administração da Universidade e Comunidade Interna, visando responder às demandas locais e regionais.

Artigo 88 - As deliberações oriundas do Fórum do Semi-Árido serão implementadas, após aprovação no CONSAP, com o apoio da Comunidade Interna, pelas Pró-Reitorias de Pesquisa ou Extensão, no âmbito de suas competências, as quais possuirão rubricas próprias para tais demandas.

§ único - Tais deliberações atenderão à finalidade exclusivamente pública e coletiva, não serão substitutivas do papel do Estado e não permitirão atividades lucrativas.

Artigo 89 - O Fórum do Semi-Árido será formado:

I - pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunidade, que o presidirá,

II - por um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, um da Pró-Reitoria de Extensão e um da Pró-Reitoria de Graduação;

III - por um representante de cada uma das três categorias, indicados pelas respectivas diretorias das entidades;

IV - por um representante de toda e qualquer organização coletiva que se habilitar para participar do fórum, com atuação em Feira de Santana e/ou região, ou nas localidades em que houver *campi* ou trabalhos de extensão da Universidade.

Artigo 90 - As reuniões serão convocadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunidade, por deliberação de duas das três entidades representativas das categorias da comunidade interna, ou então por requerimento de um terço das organizações habilitadas, com antecedência mínima de quinze dias.

Artigo 91 - O Regimento Geral da Universidade estabelecerá o funcionamento do Fórum.

Seção V - Das Eleições

Artigo 92 - O Reitor e o Vice-Reitor, brasileiros e integrantes da carreira docente da Universidade, com titulação de doutor e no mínimo 05 anos de exercício funcional, serão nomeados pelo Governador do Estado, após escolha pela comunidade universitária, em eleição direta e votação secreta.

§ 1º As inscrições e votações dos candidatos deverão ser feitas por chapa e o escrutínio será secreto.

§ 2º Será eleita em primeiro turno a chapa que obtiver cinquenta por cento mais um dos votos válidos. Em não se obtendo esta percentagem de eleição, concorrerão ao segundo turno as duas chapas mais votadas.

§ 3º Em caso de empate no primeiro turno, concorrerá ao segundo o docente com maior tempo de serviço na Universidade, e, havendo empate no segundo turno, será da mesma forma considerado eleito o professor com mais tempo docência na UEFS.

Artigo 93 - Terão direito a votar:

I - Todos os integrantes do corpo docente;

II - Os estudantes regulares do corpo discente;

III - Todos os integrantes do corpo técnico-administrativo.

Artigo 94 - A Eleição será por voto universal e presencial.

Artigo 95 - O Reitor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor, que o sucederá, em caso de vacância, até novo provimento.

§ 1º O Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores ficarão desobrigados do exercício de suas atividades docentes, sem prejuízo de vencimentos, gratificações e demais vantagens.

§ 2º O Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores não poderão acumular suas funções com as de Diretor de Centro, de Unidade ou Chefe de Departamento.

Artigo 96 - A duração do mandato será de quatro (quatro) anos, com direito a uma recondução.

§ 1º Vagando o cargo de Reitor e Vice-Reitor nos dois primeiros anos de mandato, a Reitoria será exercida pelo Pró-Reitor de Administração que convocará, em até trinta dias, nova eleição para o restante do mandato.

§ 2º Havendo vacância dos cargos de Reitor e Vice-Reitor nos dois últimos anos do mandato, a Reitoria será exercida interinamente pelo Pró-Reitor de Administração que convocará, em até trinta dias, a Assembléia Universitária para definição dos cargos vagos.

Artigo 97 - Oito meses antes do término do mandato, o Reitor convocará eleições e, em Assembléia Geral universitária, será instituída a Comissão Eleitoral de caráter paritário.

Artigo 98 - A Comissão eleitoral será responsável por:

I - elaborar o regimento e calendário eleitoral;

II - acompanhar todo o processo eleitoral;

III - deliberar acerca dos recursos e casos omissos.

Artigo 99 - Os princípios e diretrizes desta Seção serão simetricamente utilizados nas eleições para os cargos diretivos da administração adstrita da Universidade.

Capítulo IX – DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

Seção I – Do Patrimônio

Artigo 100 - O patrimônio da Universidade será constituído:

I - dos bens e direitos adquiridos pela Universidade;

II - de auxílios, doações, legados e quaisquer contribuições oriundas de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de direito público e de entidades internacionais, relativos aos estabelecimentos incorporados e à Universidade;

III - dos saldos dos exercícios financeiros transferidos para conta patrimonial;

IV - das dotações consignadas ou que vierem a ser consignadas nos orçamentos da União, do Estado da Bahia e quaisquer municípios, ou de outras entidades públicas, federais ou estaduais, em favor da Universidade Estadual de Feira de Santana;

§ 1º Cabe à Universidade administrar o seu patrimônio e dele dispor.

§ 2º Os bens e direitos da Universidade serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos, podendo ser promovidas, com autorização do Conselho Superior (CONSAP), inversões para obtenção de rendas.

§ 3º A alienação do patrimônio imóvel depende do voto favorável de dois terços (2/3) da totalidade dos membros do Conselho Superior (CONSAP).

§ 4º No caso de extinguir-se a Universidade, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio do Estado da Bahia.

§ 5º A Universidade, entidade sem fins lucrativos, não distribuirá lucros, vantagens, dividendos ou bonificações de qualquer espécie, aplicando eventuais resultados financeiros exclusivamente na consecução de seus objetivos e não efetuando remessa de valores ao Exterior.

Seção II – Dos Recursos Financeiros

Artigo 101 - Constituição rendimentos da Universidade:

I - dotação global consignada, anualmente, no Orçamento do Estado da Bahia para sua manutenção e desenvolvimento;

II - dotações que lhe forem atribuídas, anualmente, nos Orçamentos da União e dos Municípios;

III - subvenções, doações, donativos e auxílios financeiros instituídos a qualquer título, provenientes de entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras;

IV - rendas de aplicações de bens e outras decorrentes de atividades de natureza patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços;

V - transferências correntes e de capital recebidas de outras esferas de governo ou de outras pessoas de direito público ou privado;

VI - taxas, emolumentos e contribuições;

VII - outras rendas de natureza eventual.

Seção III – Do Regime Financeiro

Artigo 102 - O exercício financeiro da Universidade coincidirá com o ano civil e o seu orçamento será uno.

Artigo 103 - A proposta geral do orçamento da Universidade será apresentada pela Reitoria para apreciação e deliberação de um conselho representativo dos segmentos da comunidade, a quem cabe estabelecer prioridades nos investimentos e na definição de projetos, bem como recomendar aspectos gerais das políticas de gestão.

§ 1º O conselho de que trata este artigo terá regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário;

§ 2º Os planos anuais de aplicação de recursos terão a forma de orçamento-programa, com previsões de um ano para outro.

Artigo 104 - Mediante proposta encaminhada pelo Reitor ao Conselho Superior (CONSAP), poderão ser criados fundos especiais, cujo regime será de gestão, destinados ao custeio e investimentos de determinadas atividades ou programas específicos, cabendo a gestão de seus recursos ser definida por regulamento próprio.

§ único - A criação do fundo está condicionada por pelo menos dois terços do referido conselho.

Artigo 105 - Os superávits financeiros, verificados no encerramento do exercício serão levados à conta do fundo patrimonial ou poderão ser lançados nos fundos especiais, podendo, também, ser utilizados como recursos para a abertura de créditos especiais e suplementares.

Artigo 106 - A Universidade, através de sua Reitoria, prestará contas ao Conselho Universitário e ao órgão próprio do Estado, nos prazos e forma exigidos pela Contabilidade Pública.

Artigo 107 - É vedada a retenção de renda para qualquer aplicação por parte das unidades, devendo o produto de toda arrecadação ser recolhido aos cofres da Instituição e escriturado na sua receita geral.

Artigo 108 - As contas da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UEFS, independentemente da fiscalização interna a cargo da Auditoria da Instituição, serão prestadas ao órgão de controle externo do Estado, nos prazos e na forma estabelecidos na legislação em vigor.



Comissão Geral da Estatuinte

CAU 3 – UEFS – Ramal: 8400

www.uefs.br/portal/estatuinte - estatuinte@uefs.br

Associação dos Docentes da UEFS – ADUFS

Sala MT 45 – Campus UEFS – Telefones: 32248072 – telefax:
32243368

www.adufs-ba.org.br – adufsba@yahoo.com.br –
adufs@uefs.br

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau da
Bahia – SINTEST

CAU 3 – Campus UEFS – telefone: 32248071
sintest@uefs.br

Diretório Central dos Estudantes da UEFS – DCE
Sala MT 34 – Campus UEFS – Telefone: 32248210